



ELEIÇÕES GERAIS 2019

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE

Editor: Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhimire
Repórteres: Aldemiro Bande, Magda Mendonça, Sheila Nhancale, Nelia Nhacume, Telma Mahiquene

Número 97 - 12 de Fevereiro de 2020

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a versão em inglês tinyurl.com/sub-moz

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

União Europeia condena eleições com resultados 'altamente improváveis'

“Os observadores da UE detectaram numerosas irregularidades e más práticas tanto antes das eleições como durante a votação, contagem de votos e apuramento de resultados. As irregularidades incluíram a clara inflação do recenseamento eleitoral em Gaza e um recenseamento numericamente deficitário noutras províncias, restrições a uma observação independente por parte dos delegados da oposição e de reconhecidos grupos de observadores nacionais independentes,” declarou a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE UE) no seu relatório final publicado hoje (12 de fevereiro).

“Os observadores da UE detectaram igualmente o enchimento de urnas, votação múltipla organizada, invalidação intencional de votos da oposição, alteração dos resultados de mesas de votação com a adição fraudulenta de votos, dados improváveis de participação, grandes desvios de resultados entre mesas da mesma assembleia de voto e muitos casos de membros de mesa, funcionários públicos, eleitores e observadores encontrados com boletins de voto fora das mesas de votação”.

“As irregularidades foram observadas em todas as províncias e só foram possíveis através da inação ou cumplicidade das autoridades eleitorais locais, a Polícia, os funcionários públicos, e excesso de zelo por parte de simpatizantes do partido no governo. As irregularidades observadas contribuíram para um resultado eleitoral favorável a Frelimo”, refere o relatório.

Observadores da UE deixam claro que não acreditam nos resultados eleitorais. “Houve uma surpreendente inversão dos resultados nas províncias maioritariamente da oposição como Sofala, Nampula e Zambézia e nos distritos da oposição nas províncias de Manica, Tete e Niassa (como Bárue, Tsangano e Ngaúma, respectivamente)... Tal inesperada, direccionada e significativa mudança nas preferências de voto, estritamente limitadas aos distritos da oposição, e

contrariando os resultados das eleições autárquicas de 2018, são altamente improváveis tanto devido ao ambiente político polarizado como às preferências de voto profundamente enraizadas.”

Frases como “surpreendente inversão” e “altamente improváveis” são maneiras diplomáticas de dizer que os resultados não podem ser verdadeiros.

O relatório completo está disponível em <http://bit.ly/UE-Fin-Pt> e Inglês em <http://bit.ly/EU-Fin-En>.

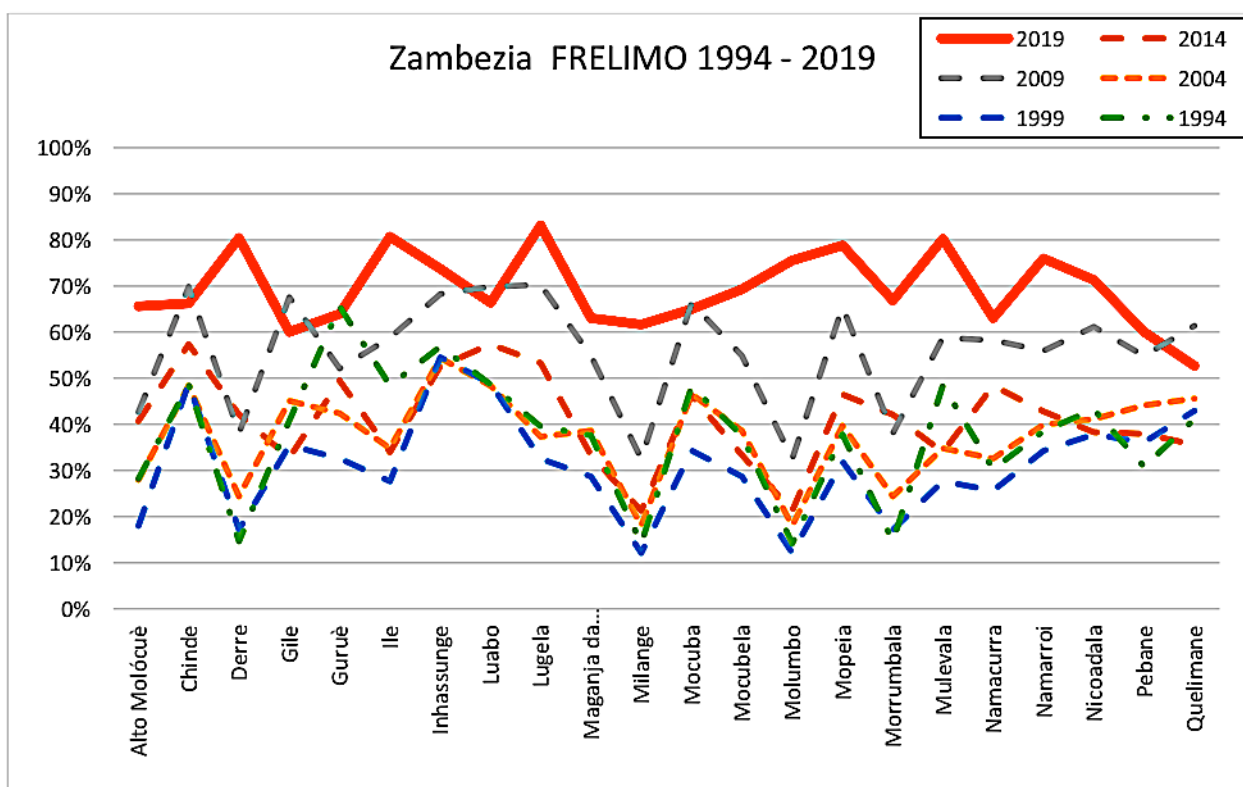
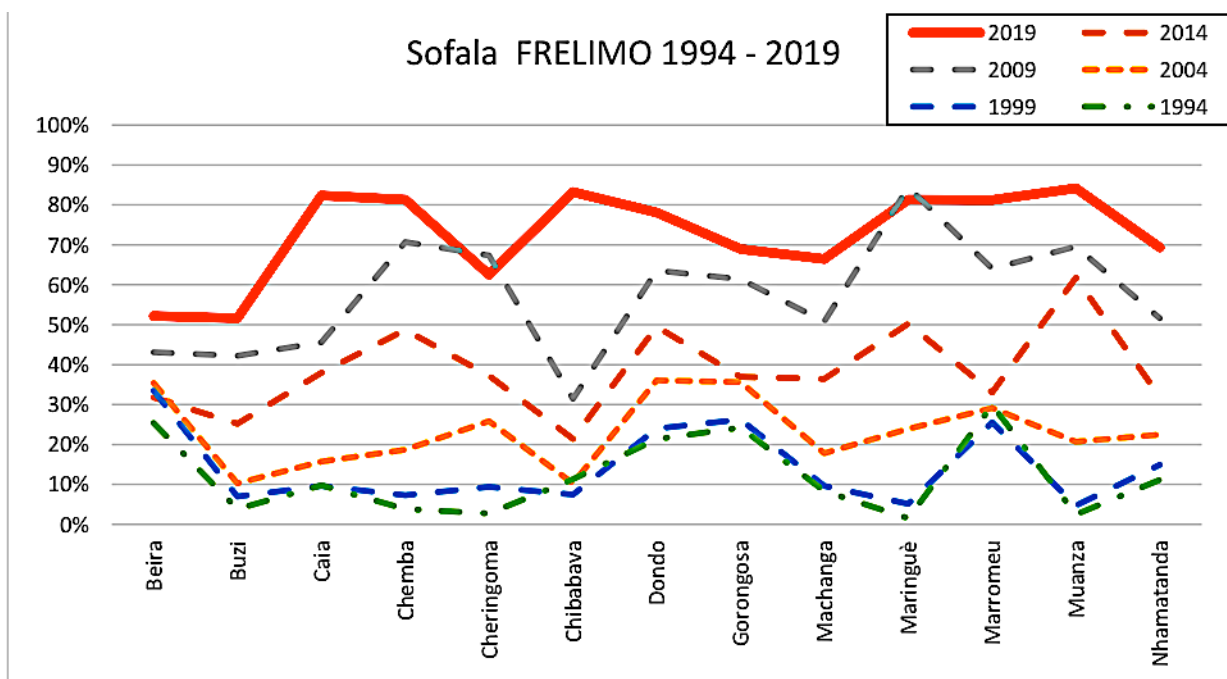
Na página seguinte, há gráficos de MOE UE comparando os resultados distritais da Frelimo nas seis eleições gerais, mostrando distritos como Chibabava. Sofala e Molumbo, Zambézia estavam abaixo de 35% para a Frelimo nas cinco eleições anteriores, mas acima de 75% em 2019. Notável é a maneira como os votos da Frelimo nos distritos da oposição duplicaram ou mais, para garantir que a Frelimo tenha entre 60% e 80% em todos os distritos - distribuição mais plana com menos variação.

Além do mais, a UE estima que o Secretariado Técnico da Administração Estatal (STAE) registou 453 170 eleitores que não existem em Gaza e “usando a mesma lógica em toda a província de Gaza, o efeito eleitoral do recenseamento inflacionado totalizou um aumento injustificado de 280 137 votos para a Frelimo. Os observadores da

UE em Chokwé relataram um estranho padrão no dia eleitoral: as primeiras duas ou três mesas da

assembleia de voto tinham longas filas de eleitores mas as restantes mesas estavam vazias”.

Análise dos resultados de nível distrital de Sofala e Zambézia, mostrando menos variação e distribuição mais plana.



Relatório da MOE UE

Auge de irregularidades da CNE

Observadores estiveram particularmente críticos em relação à Comissão Nacional de Eleições (CNE), que violou a lei:

“A CNE não cumpriu prazos legais importantes e não ofereceu uma justificação razoável, ao mesmo tempo que exigia que outras partes cumprissem rigorosamente as disposições legais e prazos”.

O dinheiro do governo para campanhas foi distribuído 24 dias após o prazo legal e após o início da campanha; as listas de candidatos foram divulgadas apenas uma semana antes da eleição. A CNE não publicou seu relatório dos gastos com campanhas, conforme exigido por lei.

A CNE violou a lei quando colocou a Frelimo em primeiro lugar nos três boletins de voto.

“A CNE não seguiu as disposições legais para o posicionamento das candidaturas no boletim de voto. Consequentemente, a Frelimo, posicionada em primeiro lugar nos boletins de voto para as três eleições, ganhou vantagem do efeito da ordem do boletim – onde uma posição mais alta se traduz num aumento do sucesso eleitoral”.

A UE também criticou a “falta de transparência” da CNE. A CNE se recusou a publicar resultados discriminados por assembleia de voto, embora exista uma centralização do STAE em que os resultados da assembleia de voto são digitalizados num sistema em que os dados são introduzidos por duas pessoas diferentes e salvos apenas se os dois coincidirem.

“A página de Internet da CNE foi raramente actualizada e não se verificou a disseminação de informações na sua página institucional do Facebook um mês antes das eleições. ... A CNE fez pouco uso do centro de imprensa.” Observadores recomendam que a CNE implemente “uma estratégia de comunicação pública eficaz, incluindo a publicação imediata e completa de todas as decisões, organização de reuniões consultivas com os partidos políticos de forma regular, e a contínua divulgação de informação aos intervenientes no processo, especialmente no período pré e pós eleitoral”.

Na sessão da CNE de 26 de Outubro para o apuramento nacional dos votos, “Não se procedeu a um verdadeiro apuramento ou verificação dos resultados recebidos do nível provincial, mas antes uma apresentação dos resultados eleitorais já agregados. Como tal, a sessão não foi de um verdadeiro apuramento mas antes uma apresentação pela CNE de um facto consumado”.

Desigualdade de oportunidades

“A desigualdade de oportunidades foi evidente durante toda a campanha eleitoral”, constataram observadores. “Limitações às liberdades de reunião e de circulação dos partidos da oposição foram regularmente relatadas. ... A campanha do candidato presidencial da Renamo foi particularmente afectada”.

“A unidade de monitorização de comunicação social da MOE UE observou um desequilíbrio nas notícias e nos programas de cobertura de campanha eleitoral. ... Frelimo recebeu a maior parcela de cobertura, frequentemente num tom não crítico, seguida pela RENAMO e pelo MDM.” A TVM dedicou metade da cobertura à Frelimo, muitas vezes abrindo com a Frelimo e seu candidato à presidência. As televisões privadas STV, Miramar e TV Sucesso também foram desequilibradas em favor da Frelimo.

A unidade de monitorização de comunicação social da MOE UE observou um desequilíbrio nas notícias e nos programas de cobertura de campanha eleitoral

“A MOE UE observou o uso de recursos do estado em um terço dos eventos de campanha da FRELIMO. Contribuições financeiras obrigatórias a favor do partido no poder e/ou participação obrigatória em actividades de campanha da FRELIMO foram registadas em Nampula, Zambézia, Sofala, Tete, Cabo Delgado, Manica, Inhambane e Gaza”.

Grupos de observadores nacionais reconhecidos não puderam obter milhares de credenciais. Mas dezenas de milhares de grupos de observadores sem nome obtiveram credenciais. “Mais tarde, a autoridade eleitoral partilhou que uma grande parte desses observadores pertenciam a grupos de juventude da Frelimo”.

O assassinato do coordenador de observação da sociedade civil de Gaza, Anastácio Matavel, por membros da polícia nacional uma semana antes da votação causou ainda mais limitações aos esforços de observação nacional e agravou o já existente clima de medo e autocensura prevalente na sociedade moçambicana.

Votação e apuramento

“Os observadores da UE tomaram conhecimento de centenas de casos em que presidentes de mesas de votação expulsaram delegados e membros de mesa nomeados pelos partidos da oposição, muitas vezes com a assistência da polícia.” Em Tete, mais de 500 delegados da Renamo e MDM foram expulsos pelos presidentes das mesas de voto e pela

polícia. A conduta da polícia mostrou uma "clara tendência a favor do partido no governo."

"Houve vários relatos no dia eleitoral de pessoas apanhadas com boletins pré-marcados ou em branco fora das assembleias de voto". "A missão tomou conhecimento de casos específicos envolvendo até 30 boletins por pessoa em Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado".

Um terço das mesas de voto observadas não seguiu o procedimento de encerramento correcto. A contagem não era transparente em um terço das mesas de voto. Às vezes, os editais eram preenchidos muito tempo após o término da contagem.

Observadores da UE relataram "um significativo número de inconsistências", incluindo o número de votos que excede o número de boletins ou número de eleitores.

O apuramento distrital foi "desorganizado" com procedimento correctos seguidos apenas uma parte do tempo.

Os observadores da UE também apontam problemas diversos com as estruturas legais para a realização das eleições e observam que a maioria das recomendações anteriores de observadores da UE não foram realizadas.

O relatório final deste boletim sobre as eleições de 15 de outubro, com tabelas detalhadas, está em <http://bit.ly/MocElFinalPt>

Tribunal de Malawi anula eleições

Malawi é muito diferente de Moçambique. Após irregularidades generalizadas nas eleições de 21 de Maio de 2019, houve três meses de manifestações e até tumultos com cidadãos a protestarem contra os resultados eleitorais. E a 3 de fevereiro, o Tribunal Constitucional anulou as eleições, com duras críticas à Comissão de Eleições do Malawi.

Em Moçambique, não houve manifestações públicas contra irregularidades igualmente generalizadas ocorridas nas eleições de 15 de outubro de 2019. E o Conselho Constitucional de Moçambique aprovou a eleição sem críticas à Comissão Nacional de Eleições e rejeitou todos os protestos sem sequer olhar para as evidências de irregularidades.

"Em todas as eleições haverá irregularidades, mas no presente caso, constatamos que as irregularidades foram tão generalizadas, sistemáticas e graves que os resultados das eleições foram comprometidos e não podem ser considerados como reflexo dos votos", disse Healy Potani, presidente do colectivo de cinco juizes do Malawi. (Financial Times, 3 de fevereiro de 2020)

A eleição ficou conhecida como "a eleição do "Tipp-Ex" (Tipp-Ex election) por causa da maneira

como o líquido corrector foi usado para alterar os editais.

O Tribunal Constitucional também decidiu que o parlamento do Malawi deveria considerar a substituição da actual comissão eleitoral. (Alan Harding, da BBC, considerou "um golpe importante contra uma cultura generalizada de impunidade". <https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-51369191>)

Em terceiro lugar, os juizes disseram que o sistema actual em que o novo presidente é simplesmente o candidato com mais votos é inconstitucional. Os juizes consideram que nas próximas eleições, o vencedor precisará ganhar mais de 50% dos votos, o que poderia significar uma segunda volta (como já acontece em Moçambique).

Na eleição de Maio de 2019, a Comissão de Eleições do Malawi considerou Peter Mutharika vencedor com 38,6% dos votos e seu adversário, Lazarus Chakwera, obteve 35,4%.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019 a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia e veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês tinyurl.com/sub-moz.

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

As edições do Boletim sobre eleições municipais de 2013 e eleições gerais de 2014 estão disponíveis em <http://bit.ly/2H066Kg>.

Existem dois arquivos detalhados de resultados eleitorais, um do London School of Economics em <http://bit.ly/MozEIData> e outro do IESE em <http://www.iese.ac.mz/eleicoes-results>

Eleições Gerais 2019 é parte do Programa Votar Moçambique

Programa financiado por:

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

UNIÃO EUROPEIA

Programa cofinanciado por:

COOPERAÇÃO AUSTRIACA PARA O DESENVOLVIMENTO